

# A saúde do Brasil

Na oportunidade em que se discute em São Paulo novas técnicas para o combate a moléstias incuráveis, no âmbito do II Simpósio Internacional de Biotecnologia em Câncer e Aids, recoloca-se em cena a questão da saúde no Brasil. É conveniente constatar como premissa fundamental que a pesquisa subsidiada pelo Governo, fonte por assim dizer única para descoberta de novos conceitos terapêuticos e drogas eficazes, se encontra em virtual colapso. A crise econômica iniciada no alvorecer dos anos 80 e agravada com a acentuação do processo recessivo nos últimos três anos reduziu a um ponto periclitante a destinação de recursos às atividades científicas a cargo do Estado.

Além disso, o descalabro administrativo de sucessivos governos lançou a Previdência Social a uma rota alucinante de desvios. De um lado, as escassas coberturas para os gastos previdenciários propriamente ditos puseram extensas camadas populacionais em situação de grave infortúnio financeiro, o que vale dizer, expostas ao ataque de toda sorte de doenças. E, de outro, deixaram a apodrecer nas ruas milhares de pessoas, por falta quase total de atendimento médico-hospitalar. Na dimensão previdenciária, portanto, a situação é catastrófica.

Mas, seja qual for a abordagem ao problema, o fato é que o Brasil está gravemente enfermo por uma miríade de razões. Doentes estão os hospitais, quase todos desaparelhados e em situação financeira dissolvente. Doentes, estão, também, os postos de atendimento ambulatorial e de primeiros-socorros, assim também os recursos humanos do sistema, todos contaminados pelos baixos salários e ausência de reciclagem profissional. Doentes estão populações inteiras das áreas mais remotas e, portanto, mais desassistidas do País.

Com relação à Aids, um dos temas dominantes do mencionado simpósio, há

tudo um quadro de ambiguidades e perplexidades a considerar. A política de saúde até hoje não acionou mecanismos adequados para equipar as unidades de tratamento com instalações condizentes, tampouco racionalizou qualquer sorte de orientação quanto à prevenção e à terapia aplicável aos milhares de portadores da moléstia. O Brasil, é força reconhecer, se encontra à margem das pesquisas destinadas a identificar os agentes causadores da síndrome e a descobrir os meios terapêuticos de combatê-la, salvo por iniciativa meritória de pequenos grupos obstinados, embora desamparados da tutela oficial.

É um milagre verdadeiro o fato de a Aids ainda permanecer nos estágios atuais de incidência, malgrado o número preocupante de vítimas do mal oficialmente relatado. No tocante ao câncer, não é menor a precariedade da pesquisa e do tratamento, embora a existência de alguns hospitais particulares dotados de equipamentos modernos e de especialistas com superior conhecimento da doença. O problema é que rareiam no âmbito oficial unidades capazes de atender à demanda dos casos, cuja incidência se faz maior entre as populações empobrecidas.

Sabe-se que semelhante conjuntura não pode ser arredada a curto prazo, devido não apenas à sua dimensão, mas, principalmente, ao estágio carencial das finanças públicas. Mas o Governo que acaba de instalar-se sob o prisma do social faria bem em recolher a visão dessa realidade para compor uma nova política de saúde e palmilhar os caminhos das receitas tributárias para melhor localizar recursos em benefício do setor. E, agora, com a mão colocada sobre proposta de um ajuste fiscal de emergência, tem a oportunidade de encarar o problema dentro de perspectivas menos sombrias.